

Ex.ma Sra. Presidente da Comissão de  
Agricultura e Pescas  
Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Requerimento para audição do Sr. Diretor Geral da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - Eng.º José Simão e do Sr. Presidente da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. - Professor Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias, sobre a problemática das pescas.

Sra. Presidente,

Existe uma preocupação sectorial alargada com o atual estado das quotas de pescas e dos TAC (Totais Admissíveis de Captura) atribuídos a Portugal para 2024, os quais, em relação a algumas espécies, já se esgotaram no primeiro semestre ao mesmo tempo que todos assistimos, com desagrado, ao *défice negativo da balança comercial relativa às pescas*<sup>1</sup>.

Em várias espécies a evidência factual desse esgotamento “sobrepõe” se aos resultados do modelo aplicado, porquanto as avaliações científicas são feitas “fora de tempo”, com atrasos. De facto, *“É primordial que a comunicação de dados seja rigorosa, uma vez que constitui a base de uma pesca sustentável e de dados científicos fiáveis.”* [COM (2023) 303 final, de 14.6.2023]<sup>2</sup>.

Por outro lado, a pesca de arrasto tem particular importância durante o inverno, por exemplo, para a captura do carapau, mas está muito limitada em Portugal. Na realidade, já em 2017 se recomendava que se desse *“início a um processo participativo com o objetivo de definir uma visão para a sustentabilidade das pescas portuguesas em 2030, e as condições e meios necessários para tornar essa visão uma realidade”*<sup>3</sup>.

Realçamos, ainda, a relevância da certificação do peixe, mas fazemos notar que a tramitação do processo é muito morosa, podendo durar vários anos, com a agravante dos modelos de avaliação já referidos serem desadequados, podendo prejudicar todo o procedimento de certificação.

<sup>1</sup>DGRM (2023). DATAPESCAS Nº 139 - Janeiro a Dezembro de 2023.

<sup>2</sup>COM (2023) 303 final. Pesca sustentável na União Europeia: ponto da situação e orientações para 2024. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO. Bruxelas, 14.6.2023.

<sup>3</sup>Pardo *et al.* (2017). Pesca de arrasto em Portugal. E se fosse em terra? Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, setembro de 2017.

Os problemas associados à instalação de parques eólicos são, outrossim, alvo de preocupação. Na verdade, *“o porta-voz de um movimento da pesca de todo país disse que o setor se sente “traído” pelo Governo por não ter participado na elaboração da proposta que cria cinco áreas de exploração de energias renováveis no mar”*<sup>4</sup>.

O tema da imigração não pode deixar de ser analisado. Houve tempos em que os pescadores indonésios vinham trabalhar para Portugal e nessa altura havia um modelo contratual adequado e todo o processo era legal. Agora *“os armadores ameaçam parar os barcos de pesca, caso o Governo não resolva o problema dos indonésios e continue “a caça à multa”*<sup>5</sup>

Sendo estas matérias, bem como a sua fiscalização, da alçada da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A., e sendo a Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República a instância preferencial para a auscultação, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a audiência do Sr. Diretor Geral da DGRM, sobre a problemática das pescas aqui relatada, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem.

Palácio de S. Bento, 04 de dezembro de 2024.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão - Diva Ribeiro - Miguel Arruda - João Graça

<sup>4</sup>Marques, A. (2024). Fiscalização a cidadãos indonésios ameaça paralisar pesca. JN, de 28-04-2024. <https://www.jn.pt/3804223840/fiscalizacao-a-cidadaos-indonesios-ameaca-paralisar-pesca/>

<sup>5</sup>Agência Lusa (2023). Eólicas no mar. Movimento de pescadores receia "deserto oceânico" nos 320 mil hectares propostos. Observador, de 02/03/2023. <https://observador.pt/2023/03/02/eolicas-no-mar-movimento-de-pescadores-receia-deserto-oceanico-nos-320-mil-hectares-propostos/>